

## Programa Analítico de Disciplina

### DIR 138 - Direito e Legislação da Engenharia

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2020

Número de créditos: 4  
Carga horária semestral: 60h  
Carga horária semanal teórica: 4h  
Carga horária semanal prática: 0h  
Semestres: II e I

#### Objetivos

Ao final desta disciplina o estudante deverá ser capaz de compreender os principais institutos de Direito, especialmente os relacionados ao exercício profissional das Engenharias em geral, tanto na esfera pública quanto no setor privado, com destaque para as instituições de Direito Constitucional, Civil, Administrativo, Ambiental, Penal, Processual, bem como deter o conhecimento do disposto na legislação federal relativa aos Engenheiros (Lei nº 5.194, de 1966, Decreto-lei nº 711, de 1969, Lei nº 6.619, de 1978, Lei nº 8.195, de 1991, Lei nº 12.378, de 2012) e compreender o significado e a amplitude dos Direitos de Cidadania (artigo 6º, inciso XV, da Resolução MEC nº 11, de 2002).

#### Ementa

Conceitos, Fontes e Classificações do Direito. Teoria Geral do Estado. O Estado brasileiro. Direito Civil. Responsabilidade Civil. Direito das Obrigações. Direito Contratual. Direito Empresarial. Direito do Consumidor. Direito Administrativo. Direito Ambiental. Direito do Trabalho. Direito Processual Civil. Legislação e Ética Profissional.

#### Pré e co-requisitos

*Não definidos*

#### Oferecimentos obrigatórios

Curso	Período
Engenharia Agrícola e Ambiental	4
Engenharia Ambiental	6
Engenharia Civil	1
Engenharia de Agrimensura e Cartográfica	3
Engenharia Elétrica	2
Engenharia Mecânica	2
Engenharia Química	6

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: HI9Z.2B6M.5H33

Oferecimentos optativos	
Curso	Grupo de optativas
Agronomia	Geral
Ciência da Computação	Geral
Ciência e Tecnologia de Laticínios	Geral
Engenharia de Produção	Geral
Engenharia Florestal	Geral
Química - Bacharelado	Geral
Química - Licenciatura (Integral)	Geral

## DIR 138 - Direito e Legislação da Engenharia

Conteúdo					
Unidade	T	P	ED	Pj	To
<p><b>1. Conceitos, Fontes e Classificações do Direito</b></p> <p>1.1.1. Conceitos de Direito 1.2. Sistemas jurídicos: Civil Law e Common Law 1.3. Fontes do Direito brasileiro: Lei, Costume, Jurisprudência e Doutrina 1.4. Integração das lacunas da lei no Brasil: analogia, costume e princípios gerais de Direito 1.5. Hierarquia das leis no Brasil: Constituição, Emenda Constitucional, Lei Complementar, Lei Ordinária, Medida Provisória, Regulamentos e Decretos Regulamentares, Regimentos Internos, Resoluções. 1.6. Lei e processo legislativo brasileiro 1.7. Quóruns de instalação e de deliberação: maioria simples, maioria absoluta e maiorias qualificadas (3/5 e 2/3). 1.8. Articulação das leis: artigo, "caput", parágrafo, inciso, alínea, item 1.9. Classificações do Direito: Direito Público, Direito Privado, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito Civil, Direito Empresarial (ou Comercial), Direito do Consumidor, Direito do Trabalho.</p>	6h	0h	0h	0h	6h
<p><b>2. Teoria Geral do Estado</b></p> <p>1.2.1. Conceito de Estado 2.2. Elementos constitutivos do Estado 2.3. Povo, população e nação. 2.4. Nacionalidade e cidadania. 2.5. Território 2.6. Soberania e autonomia 2.7. Formas de Estado 2.8. Sistemas de Governo 2.9. Regimes de Governo 2.10. Estado de Direito e Estado Democrático de Direito</p>	2h	0h	0h	0h	2h
<p><b>3. O Estado brasileiro</b></p> <p>1.3.1. O Federalismo brasileiro 3.2. A União e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário 3.3. Os Estados-membros e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário 3.4. Os Municípios e os Poderes Executivo e Legislativo 3.5. O Distrito Federal e Brasília 3.6. A Federação e legislação brasileiras: leis da União, dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federa</p>	4h	0h	0h	0h	4h
<p><b>4. Direito Civil, Direito das Obrigações e Direito das Coisas</b></p> <p>1.4.1. Conceito 4.2. Pessoas: pessoa natural (ou física) e pessoa jurídica 4.3. Pessoa natural: personalidade, capacidade e emancipação 4.4. Pessoa jurídica: de Direito Público (Externo e Interno) e de Direito Privado 4.5. Objeto do Direito: bens 4.5.1. Bens imóveis 4.5.2. Bens móveis 4.5.3. Bens infungíveis 4.5.4. Bens fungíveis 4.5.5. Bens inconsumíveis 4.5.6. Bens consumíveis 4.5.7. Bens indivisíveis 4.5.8. Bens divisíveis 4.5.9. Bens singulares 4.5.10. Bens coletivos 4.5.11. Bens públicos 4.5.12. Bens particulares 4.6. Fatos jurídicos 4.6.1. Fato jurídico natural 4.6.2. Fato jurídico humano 4.7. Elementos do negócio jurídico 4.8. Ato ilícito e responsabilidade civil 4.9. Obrigações 4.10. Posse e Propriedade</p>	6h	0h	0h	0h	6h
<p><b>5. Direito Contratual</b></p>	6h	0h	0h	0h	6h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: HI9Z.2B6M.5H33

1.5.1. Conceito5.2. Elementos constitutivos5.3. Princípios5.4. Formação5.5. Momentos de celebração5.6. Local da celebração5.7. Classificações5.8. Efeitos5.9. Arras ou sinal5.10. Extinção5.11. Contrato de compra e venda5.12. Contrato de troca5.13. Contrato de doação5.14. Contrato de locação5.15. Contrato de comodato5.16. Contrato de mútuo5.17. Contrato de depósito5.18. Contrato de mandato5.19. Contrato de transporte5.20. Contrato de seguro5.21. Contrato de fiança					
<b>6. Direito Empresarial</b> 1.6.1. Empresa e empresário6.2. Direito Empresarial X Direito Comercial6.3. Sociedades empresárias6.4. Títulos de crédito6.5. Recuperação empresarial e falência	2h	0h	0h	0h	2h
<b>7. Direito do Consumidor</b> 1.7.1. Definições7.1.1. Conceito de consumidor7.1.2. Conceito de fornecedor7.2. Objeto das relações7.2.1. Conceito de produto7.2.2. Conceito de serviço7.3. Princípios do Direito do Consumidor7.4. Instrumentos de Defesa do Consumidor7.5. Sistemas de responsabilidade7.6. Desconsideração da personalidade jurídica7.7. Práticas comerciais7.8. Proteção contratual	6h	0h	0h	0h	6h
<b>8. Direito Tributário</b> 1.8.1. Conceitos e princípios do Direito Tributário8.2. Impostos federais8.3. Impostos estaduais8.4. Impostos municipais8.5. Impostos distritais	2h	0h	0h	0h	2h
<b>9. Direito Administrativo</b> 1.9.1. Conceitos9.2. Administração Pública Direta e Indireta9.3. Atos administrativos9.4. Contratos administrativos9.5. Licitações9.6. Bens públicos	4h	0h	0h	0h	4h
<b>10. Direito Penal</b> 1.10.1. Conceitos10.2. Crime e contravenção10.3. Espécies de crime10.4. Tipicidade10.5. Excludentes de ilicitude10.6. Prescrição10.7. Crimes contra a Vida10.8. Crimes contra o Patrimônio10.9. Crimes contra a Fé Pública10.10. Crimes contra a Administração Pública	4h	0h	0h	0h	4h
<b>11. Direito Ambiental</b> 1.11.1. Conceitos, Classificações e Princípios do Direito Ambiental11.2. Constituição e Meio Ambiente11.3. Sistema Nacional do Meio Ambiente11.4. Política Nacional de Meio Ambiente11.5. Licenciamento Ambiental11.6. Reserva Legal Floresta11.7. Responsabilidade Civil Ambiental11.8. Responsabilidade Penal Ambiental11.9. Responsabilidade Administrativa Ambiental	4h	0h	0h	0h	4h
<b>12. Direito do Trabalho</b> 1.12.1. Conceitos12.2. Princípios12.3. Fontes12.4. Sujeitos do contrato12.5. Contrato de trabalho12.6. Remuneração e salário12.7. Medidas de proteção12.8. Duração do trabalho12.9. Férias anuais12.10. Medicina e segurança do trabalho12.11. Proteção da mulher12.12. Proteção do menor12.13. Garantia provisória do emprego12.14. Garantias constitucionais12.15. Aviso prévio12.16. Rescisão do	6h	0h	0h	0h	6h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: HI9Z.2B6M.5H33

contrato12.17. Direito coletivo do trabalho12.18. Greve12.19. Prescrição e decadência12.20. Trabalhadores com regulamentação própria: empregado doméstico, trabalhador avulso, trabalhador temporário, cooperativos de trabalho, empregado rural, trabalhador autônomo, estagiário, trabalhador voluntário12.21. FGTS					
<b>13. Direito Processual Civil</b> 1.13.1. Conceitos e terminologias processuais13.2. Processo e procedimento13.3. Provas13.3.1. Prova pericial13.4. Sentença e recursos	4h	0h	0h	0h	4h
<b>14. Legislação, Ética Profissional e Propriedade Intelectual</b> 1.14.1. Lei nº 5.194, de 196614.2. CONFEA14.3. CREA14.4. Atribuições e modalidades profissionais14.5. Código de Ética14.6. Exercício ilegal da profissão14.7. Propriedade Intelectual	4h	0h	0h	0h	4h
<b>Total</b>	<b>60h</b>	<b>0h</b>	<b>0h</b>	<b>0h</b>	<b>60h</b>

(T)Teórica; (P)Prática; (ED)Estudo Dirigido; (Pj)Projeto; Total(To)

<b>Planejamento pedagógico</b>	
<b>Carga horária</b>	<b>Itens</b>
Teórica	Apresentação de conteúdo oral e escrito com o apoio de equipamento (projektor, quadro-digital, TV, outros); Apresentação de conteúdo oral e escrito em quadro convencional; e Estudo de casos concretos julgados no Judiciário brasileiro e aulas disponíveis no canal oficial do Supremo Tribunal Federal (TV Justiça)
Prática	<i>Não definidos</i>
Estudo Dirigido	<i>Não definidos</i>
Projeto	<i>Não definidos</i>
Recursos auxiliares	<i>Não definidos</i>

## DIR 138 - Direito e Legislação da Engenharia

### Bibliografias básicas

Descrição	Exemplares
PAULA FILHO, Afrânio Faustino de; e LEE, Ana Lúcia Carrilo de Paula. Instituições de Direito Público e Privado. Volume 1, Rio de Janeiro, Fundação CECIERJ, 2009, disponível gratuitamente no endereço eletrônico oficial da Fundação CECIERJ ( <a href="http://teca.cecierj.edu.br/">http://teca.cecierj.edu.br/</a> ), a partir da expressão "Instituições de Direito Público e Privado".	0
PAULA FILHO, Afrânio Faustino de; LEE, Ana Lúcia Carrilo de Paula; e VALADÃO, Valdo Bretas. Instituições de Direito Público e Privado. Volume 2, Rio de Janeiro, Fundação CECIERJ, 2009, disponível gratuitamente no endereço eletrônico oficial da Fundação CECIERJ ( <a href="http://teca.cecierj.edu.br/">http://teca.cecierj.edu.br/</a> ), a partir da expressão "Instituições de Direito Público e Privado".	0
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito constitucional positivo. 23ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004. 900 p. ISBN 8574205591	6
FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de direito constitucional. 7ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004. 175 p. ISBN 8574205737	1
BOMFIM, Volia. Resumo de direito do trabalho. 1ª ed., Niterói: Impetus, 2010. 275 p. ISBN 9788576264477	1
FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de direito penal: parte geral. 12ª ed., São Paulo: Malheiros, 1998. 152 p.	1
FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de direito penal: parte especial. 4ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004. 274 p. ISBN 8574206113	1
DINIZ, Pedro Ivo Ribeiro. Direito ambiental: aspectos introdutórios. 1ª ed., Lavras: UFLA. 2014, 220 p. ISBN 9788581270357	1

### Bibliografias complementares

Descrição	Exemplares
LEI nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.	0
LEI nº 6.619, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1978. Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	0
LEI nº 8.195, DE 26 DE JUNHO DE 1991. Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, dispondo sobre eleições diretas para Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências.	0
Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, adotado pela Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002.	0
REGULAMENTO PARA A CONDUÇÃO DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR - ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 1.004, DE 27 DE JUNHO DE 2003.	0
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 11 DE MARÇO DE 2002, APROVADA NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.	0

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: HI9Z.2B6M.5H33